



Clara Regina Teixeira Moreira

**Desigualdade Percebida como Fator de Risco para a Violência
nas Relações de Intimidade: Uma Perspetiva Macroestrutural**

Trabalho realizado sob orientação da

**Prof. Doutora Célia Ferreira e Co-Orientação da Prof. Doutora Joana
Cabral**

Outubro 2016



Clara Regina Teixeira Moreira

**Desigualdade Percebida como Fator de Risco para a Violência
nas Relações de Intimidade: Uma Perspetiva Macroestrutural**

Dissertação de Mestrado

Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia
30/11/2016 perante o júri seguinte:

Presidente: Prof.Doutora Carla Antunes

Arguente: Prof.Doutor Pedro Ferreira (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
da Universidade do Porto)

Orientadora: Prof. Doutora Célia Ferreira

Outubro 2016

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

Queria em primeiro lugar agradecer à minha mãe, pelo carinho, dedicação e, sobretudo paciência. Pelo abraço forte que sempre me deste nos momentos em que eu pensava que não seria capaz, pelas palavras ditas e não ditas, e pelo orgulho e confiança que sempre depositaste em mim. Sem ti, não seria capaz!

O mesmo se aplica a ti Denis, pelo teu amor, pelas longas horas que dedicaste ao meu lado, por nunca me deixares sozinha e por me abrires os olhos de todas as vezes que não acreditei em mim. És o meu melhor amigo!

Queria agradecer também à Vanessa, pelas tardes que passámos juntas, pelos desabafos e angústias partilhadas mas, sobretudo pela amizade que sempre levarei comigo para toda a vida.

É claro que não podia terminar sem agradecer às minhas professoras!

Um sincero obrigado à Professora Célia Ferreira porque as suas palavras filosóficas motivam imenso. Talvez nunca lhe tenham dito, mas é bem verdade. Obrigado à Professora Joana Cabral pela paciência que teve connosco (que sei que é bem difícil) e pelo apoio que nos deu, mas também à professora Carla Antunes.

Por fim, queria agradecer ao meu irmão porque sempre me fez rir nos momentos mais difíceis e à minha cunhada pelo apoio que sempre me deu.

OBRIGADO a TODOS por fazerem parte da minha vida e por acreditarem e confiarem em mim da forma que eu nunca acreditei em mim mesma.

Desigualdade Percebida como Fator de Risco para a Violência nas Relações de Intimidade: uma Perspetiva Macroestrutural

Resumo

Numerosos estudos têm reunido evidências que sustentam a relação entre desigualdade e violência. Apesar da importância e necessidade de analisar o fenómeno da VRI numa perspetiva sociocultural, considerando fatores macroestruturais relacionados com o mesmo, estudos prévios circunscrevem as suas análises a indicadores económicos, negligenciando indicadores pessoais subjetivos. Assim, o presente estudo tem como objetivo explorar a relação entre desigualdade percebida e a experiência VRI. Para o efeito, recolheu-se uma amostra da comunidade ($n= 172$), através de um protocolo de instrumentos constituído por um Questionário Sociodemográfico, Questionário Experiências de Vitimação na Idade Adulta (QEVIA), Inventário de Experiências de discriminação (IED) e um Inventário de Desigualdade Percebida (IDP). Os resultados demonstraram que a desigualdade percebida, a discriminação percebida e os recursos materiais e económicos percebidos são preditores da experiência de VRI. O controlo percebido revelou ser um preditor marginalmente significativo da mesma. Nesta ótica, os recursos materiais e económicos percebidos são fundamentais para a desvinculação ao par íntimo, proporcionando à vítima maior controlo sobre a sua vida e menor probabilidade de sofrer de violência. É, pois necessário um maior investimento em medidas políticas, sociais e económicas para prevenir este fenómeno.

Palavras-Chave: Desigualdade, Desigualdade Percebida, Violência, Violência nas Relações de Intimidade, Vitimação

Abstract

Several studies have gathered evidence supporting the relationship between inequality and violence. For this reason, it's important to analyze the complexity of this phenomenon in a sociocultural perspective, considering macro-structural factors related to it. However, inequality has been operationalized by economic indicators, that neglect the subjective personal indicators. This project goal is to explore the relation between perceived inequality and experience of IPV. For this purpose as collected a community sample ($n=172$), through a protocol of instruments such as Sociodemographic Questionnaire (QSD); Perceived Inequality Inventory (IDP), Discrimination Experiences Inventory (IED) and Adulthood Victimization Experiences Questionnaire (QEVIA). Results showed that perceived inequality, discrimination and perceived material and economic resources, are predictors of experience of IPV. Perceived control proved to be a marginally significant predictor of it. In this sense, the perceived material and economic resources are key to untying the intimate couple, giving the victim more control over their life and less likely to suffer from violence. So, it's necessary a greater investment on policy, social and economic measures to prevent this phenomenon.

Keywords: Inequality, Perceived Inequality, Violence, Intimate Partner Violence, Victimization

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
<i>Abstract</i>	iii
1. Violência nas Relações de Intimidade (VRI)	7
2. Desigualdade Social: Das dimensões objetivas para as subjetivas.....	10
2.1. Dimensões subjetivas da desigualdade	11
3. Desigualdade Percebida e VRI	14
Método.....	16
Participantes.....	16
Procedimentos.....	19
Instrumentos.....	19
Desenvolvimento e adaptação de instrumentos de medida	20
1. Testes às qualidades psicométricas	21
2. Análise Fatorial Exploratória.....	22
2.1. Inventário de Desigualdade Percebida.....	22
2.2. Inventário de Experiências de Discriminação.	22
2.3. Questionário Experiências de Vitimação na Idade Adulta.	22
3. Análise de Consistência Interna.....	23
3.1. Inventário de Desigualdade Percebida (IDP).	23
3.2. Inventário de Experiências de Discriminação (IED).	23
3.3. Questionário Experiências de Vitimação na Idade Adulta (QEVIA).	23
Resultados.....	24
H1: <i>Espera-se que a desigualdade percebida e a discriminação percebida sejam preditoras da experiência de VRI.</i>	24
H2: <i>Espera-se que os recursos materiais e económicos percebidos sejam preditores da experiência de VRI.</i>	25
H3: <i>Espera-se que o controlo percebido seja preditor da experiência de VRI.</i>	25

Discussão.....	25
Referências	28

Índice de Tabelas

Tabela 1. Características Sociodemográficas da amostra.....	17
Tabela 2. Consistência Interna IDP.....	23
Tabela 3. Consistência Interna IED.....	24
Tabela 4. Consistência Interna QEVIA.....	24
Tabela 5. Análise de Regressão: Desigualdade e discriminação percebida.....	24
Tabela 6. Análise de Regressão: Recursos materiais e económicos percebidos.....	25
Tabela 7. Análise de Regressão: Controlo percebido.....	25

Desigualdade Percebida como Fator de Risco para a Violência nas Relações de Intimidade: uma Perspetiva Macroestrutural

1. Violência nas Relações de Intimidade (VRI)

A VRI não é um fenómeno recente, embora só em meados do século passado tenha começado a merecer atenção por parte da comunidade científica, pela crescente consciencialização e notoriedade (Gelles, 1997, como citado em Caridade & Machado, 2006, Matos, 2004). Deste modo, importa reconhecer o fenómeno como um problema de saúde pública (cf., Guvene, Akyuz & Cesario, 2014; Bonnes, 2016), que pode ser definido como qualquer ato de abuso físico¹, sexual², psicológico³, económico⁴ ou social⁵ entre (ex) parceiros íntimos (Antunes, 2002; McDermott & Lopez, 2013). Este conceito engloba relações homossexuais ou heterossexuais, assim como vários tipos de relações de intimidade, quer nas relações de namoro, quer nas relações formais, sendo que a violência no namoro parece ser um importante preditor da violência conjugal futura (Hamby, 1998 como citado em Matos, Machado, Caridade & Silva, 2006). Os tipos de abuso supracitados podem ocorrer isoladamente ou em associação e tendem a escalar em frequência, duração e intensidade, podendo assumir consequências físicas (e.g., hematomas), psicológicas (e.g., depressão, perturbação stress pós-traumático, ansiedade, suicídio) e sociais (e.g., isolamento, desemprego, pouco envolvimento em atividades regulares) (e.g., Ansara & Hindin, 2011; Casique & Furegato, 2006; Matos, 2004; WHO, 2016).

A VRI continua a ser considerada uma grande preocupação social (e.g., Bonnes, 2016), motivo pelo qual importa reconhecer as causas subjacentes ao fenómeno e intervir na sua modificação, quer preventivamente, quer remediativamente, no sentido de apoiar o mais precocemente possível as vítimas e diminuir o risco de revitimação. O abuso emocional ou verbal parece assumir-se como o tipo de violência mais prevalente nas relações de intimidade (Matos, 2002; Machado, Caridade & Martins, 2010) e, apesar da sua potencial desvalorização, pode assumir consequências tão ou mais graves que outros tipos de violência, quer para as vítimas femininas, quer para as masculinas (Gelles 1997

¹ Abuso físico: qualquer ato que visa a intenção de magoar como por exemplo empurrar, pontear, queimar (e.g., Hamby, Finkelhor, Turner & Ormrod, 2010; Gomez, 2011).

² Abuso sexual: qualquer ato ou tentativa de contacto sexual contra vontade, através do uso da ameaça, força física, persuasão, ou uso de álcool/ drogas (e.g., WHO, 2016).

³ Abuso psicológico: Humilhar, insultar, controlar o parceiro íntimo (e.g., WHO, 2016).

⁴ Abuso económico: restrição do acesso ao vencimento, controlo de despesas financeiras (e.g., Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009).

⁵ Abuso social: controlo da vida social (e.g., impedir contacto com familiares, amigos) (e.g., Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009).

como citado em Matos, 2002; Shipway, 2004). Entre outras consequências possíveis, salienta-se o consumo de substâncias (e.g., álcool, tabaco, estupefacientes) e, no limite mais gravoso, o homicídio conjugal (e.g., WHO, 2016; Shipway, 2004).

É largo o consenso na investigação em torno dos principais fatores para a permanência da vítima na relação abusiva, destacando-se o medo de represálias por parte do/a agressor/a, o medo pela segurança dos filhos e a dependência económica (e.g., Matos, 2001; Shipway, 2004). Para além de contribuírem para a permanência neste tipo de relacionamentos, inevitavelmente, estes fatores e circunstâncias, apesar de compreensíveis, dificultam ou impedem a denúncia da experiência de vitimação, dificultam a sua cessação e contribuem para a ocultação do fenómeno. Ainda assim, importa reconhecer que a denúncia destas situações tem vindo a aumentar e assumir cada vez mais expressividade nas estatísticas oficiais, o que pode dever-se a uma maior sensibilidade social para a problemática e a uma postura de menor tolerância face à mesma, nomeadamente por parte das próprias vítimas (e.g., Matos, 2001; Martins & Machado, 2007)

No que respeita aos dados de prevalência, a título de exemplo, as estatísticas do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2015, tidas como uma referência no quadro nacional, documentam 26.595 (27.6%) participações do crime de Violência Doméstica (tipificação legal deste tipo de violência). De acordo com a mesma fonte, a maioria das vítimas era do sexo feminino (84.6%), tinha idade inferior a 25 anos (15%) e tinha companheiro/a ou cônjuge (57%). Por sua vez, na maioria das denúncias (86.9 %) os agressores eram do sexo masculino (RASI, 2016).

Como complemento às estatísticas oficiais e, com intuito de revelar as realidades não captadas pelos sistemas oficiais (nomeadamente, as autoridades policiais e judiciais), importa também considerar outros dados e números, assumindo a este nível particular destaque na realidade nacional as estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Ao longo dos três últimos anos (2013-2015), a APAV registou um aumento do número de processos de apoio (mais 8,8%) e do número de casos de vitimação (10.1%; $n=8889$), identificando no último ano um total de 9612 vítimas. Do universo de crimes registados ($n=23.326$), destaca-se o crime de violência doméstica ($n=18.679$, 80%) (APAV, 2016). Num número expressivo de situações, as vítimas eram do sexo feminino (82.2%), apresentavam idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos ($M=39.5$), eram casadas (30%) e tinham filhos (37.7%). Em relação ao ano de escolaridade, a maioria situa-se entre o ensino básico, secundário e superior ($M=16.6$), sendo que 27.8%

encontrava-se empregada. Por sua vez, e segundo as informações recolhidas junto da vítima, em 9.913 agressores identificados, 81.3% eram do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 35 e 54 anos ($M=25.5\%$), eram casados (31.9%) e encontravam-se empregados (29.5%) (APAV, 2016).

Os dados estatísticos relativos ao território nacional vão ao encontro do que vem sendo identificado noutros países. Especificamente no que concerne à União Europeia (UE), um estudo realizado em 2012, permitiu concluir que, numa amostra de 42.000 mulheres com idades compreendidas entre os 18 e 74 anos, 13 milhares foram vítimas de maus tratos físicos e 3.7 milhares foram vítimas de violência sexual ao longo de doze meses. Trinta e três por cento das mesmas foram vítimas de violência física e/ou sexual desde os 15 anos sendo que, as taxas de prevalência por (ex)parceiro íntimo variavam entre 30 e 32% em países como a Finlândia, Dinamarca e Letónia e 13% na Áustria, Croácia, Eslovénia, Polónia e Espanha (FRA, 2014). Os dados de prevalência indicam ainda que a maioria das mulheres vítimas de violência física e/ou sexual apresentam níveis reduzidos de formação escolar e sérias dificuldades financeiras, sendo que este parece ser o principal entrave da rutura da relação.

Alguns estudos sugerem que a violência é recíproca (e.g., O'Leary, Slep, Avery-Leaf & Cascardi, 2008), sendo que a violência psicológica parece ser maioritariamente perpetrada pelo sexo feminino e a violência física mais perpetrada pelo sexo masculino (e.g., Caridade & Machado, 2013; Jai, Buka, Subramanian, & Molnar, 2010; O'Leary, Slep, Avery-Leaf & Cascardi, 2008). A título de exemplo, um estudo realizado em Portugal por Machado, Caridade & Martins (2010), demonstrou que, em 4667 jovens estudantes (13-29 anos), 25.4% foram vítimas e 30.6% assumiram ter comportamentos agressivos para com o parceiro íntimo. De salientar ainda um estudo mais recente (2015) desenvolvido na Europa com uma amostra de 3496 participantes de ambos sexos, no qual se concluiu homens e mulheres são potenciais vítimas e perpetradores de VRI (cf., Costa et al., 2016).

Algumas inconsistências nos dados de prevalência parecem ter origem, não só nas limitações no que concerne à amostra, mas também nas diferentes metodologias utilizadas pelos vários autores (Caridade & Machado, 2006; Saavedra, 2011).

Deste modo, os dados empíricos têm sugerido que o nível socioeconómico e de instrução, o estado profissional, o contexto de residência e a composição do seu agregado familiar estarão entre alguns dos fatores de risco para VRI (FRA, 2016).

Historicamente, as características individuais (e.g., Perturbações mentais, álcool, estupefacientes) foram as primeiras a serem consideradas na explicação da VRI, sendo que o seu contributo explicativo para a etiologia da mesma mantém-se na atualidade (Caridade, 2006). Alguns estudos têm demonstrado, por exemplo, que uma criança exposta e/ou vítima direta de maus tratos apresentará maior probabilidade de perpetração ou vitimação de VRI em idade adulta (e.g., Hamby, Finkelhor, Turner & Ormrod, 2010; McKinney, Caetano, Ramisetty-Mikler & Nelson, 2009). No entanto, apesar destas perspetivas terem oferecido importantes contributos para a comunidade científica, são alvo de algumas críticas, principalmente pelo facto de enfatizarem uma leitura patológica e redutora do fenómeno (Fong, 2010), com base em perturbações psicológicas, comportamentos aditivos (e.g., álcool) e/ou experiências adversas precoces (e.g., Caridade & Machado, 2013). Mais recentemente, vários autores têm vindo a alertar para a importância do contexto socioeconómico e cultural, designadamente as normas e valores sociais, na etiologia da VRI (e.g., Delamou, 2015; Doku & Asante, 2015; Ozaki & Otis, 2016). Não raras vezes, estas acabam por ser *veiculadas* pela família de origem, contribuindo para criar um papel de vulnerabilidade da mulher na sociedade, circunscrevendo-a numa entidade submissa, em que o homem se destaca como figura de autoridade, pelo seu poder económico (e.g., Matos, 2001).

À luz de uma perspetiva sociocultural, a violência é, pois, entendida como resultado do seu tratamento histórico, fortemente consubstanciado numa sociedade de matriz patriarcal e sexista.

O presente estudo privilegiará, pois, uma perspetiva sociocultural, que permite percecionar o fenómeno com base em fatores macroestruturais, relacionados com a desigualdade social.

2. Desigualdade Social: Das dimensões objetivas para as subjetivas

A desigualdade social tem aumentado exponencialmente ao longo dos últimos 30 anos, devido a várias transformações políticas, nomeadamente o capitalismo (cf., Neckerman & Torche, 2007). No plano científico, vários autores têm explorado as suas principais causas e consequências (*idem*). Em Portugal, de 2010-2013, a pobreza aumentou de 19.6% para 24.8%. Por outro lado, também a população rica registou um incremento: em 2013 existiam 10.777 milionários e em 2014 este número era de 75.903, reforçando-se a ideia de que “os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres” (Rosa, 2015, p.7).

Segundo Coelho (2014), o desemprego é uma das principais causas da pobreza, uma vez que a desigualdade assume-se como um obstáculo ao crescimento económico. No entanto, não é possível compreender as sociedades atuais sem clarificar os padrões de assimetria que contribuem para reforçar as desigualdades existentes, reconhecidos como associados às classes sociais (Rocher, 1989). Partindo deste pressuposto, um indivíduo com baixo estatuto socioeconómico terá, consequentemente, um acesso mais limitado a determinados bens (e.g., alimentação) e serviços (e.g., educação, saúde, emprego), condicionando, deste modo, a sua qualidade de vida (e.g., bem-estar, satisfação com trabalho) (cf., Rosa, 2015). Apologista desta conceção, Hurst (2015) vem acrescentar que a posição do indivíduo não é apenas determinada pela sua classe social ou poder económico, mas também por fatores individuais (e.g., raça/etnia, género, formação académica, posto de trabalho, família de origem) e pelo contexto social e político onde este se insere. Contudo, alguns autores sugerem ainda que não há uma relação linear entre pobreza e desigualdade (e.g., Costa, Baptista, Perista & Carrilho, 2008).

Alguns estudos na área têm sido alvo de críticas, principalmente pelo facto de circunscreverem o fenómeno da desigualdade a indicadores económicos, negligenciando os indicadores pessoais subjetivos (e.g., GoriMaia, 2013). Assim sendo, a desigualdade social representa um constructo complexo, não restrito a indicadores económicos ou dimensões objetivas (e.g., desigualdade de rendimentos), incluindo também indicadores e dimensões de sociais e de natureza mais subjetiva (e.g., perceção de desigualdade de género, discriminação de sexual, religiosa, étnica/racial, perceção de desigualdade no acesso a serviços como educação e/ou saúde, estatuto social subjetivo, ...). Importa assim reconhecer as dimensões subjetivas da desigualdade e rever os pressupostos teóricos que têm contribuído para a compreensão da complexidade, multidimensionalidade e etiologia do fenómeno, bem como para a sua relação com a violência.

2.1. Dimensões subjetivas da desigualdade

As experiências emocionais do indivíduo são uma resposta direta às circunstâncias sociais e podem influenciar a sua satisfação com a vida
(Schneider, 2012, p. 436).

Alguns sociólogos têm constatado que determinados fatores sociais ou macroestruturais (e.g., desigualdade) influenciam os estados emocionais do indivíduo, assim como as suas atitudes e comportamentos (cf., Schneider, 2012). Burbank (1995, como citado em Schneider, 2012) dá primazia às experiências subjetivas, referindo-se à

interpretação que o indivíduo faz do ambiente em que se encontra inserido como Teoria de Cognição Social. Cumpre salientar que as percepções do indivíduo se baseiam na apreciação subjetiva das suas características individuais (e.g., nível socioeconómico, estatuto social) e da forma como estas são reforçadas pelas hierarquias sociais (e.g., ricos, pobres) (Schneider, 2012).

A percepção que o indivíduo tem da sua hierarquia social é denominada como estatuto social subjetivo (ESS; Sakurai et al., 2010). Este pode ser determinado pelo seu nível socioeconómico e pela mobilidade social, na medida em que as oportunidades sociais (e.g., formação, postos de trabalho) e as características individuais (e.g., prestígio, família de origem, relacionamentos significativos) permitem ao indivíduo ascender ou descender na sociedade (Schneider, 2012). A percepção que desta se tem é denominada como mobilidade social percebida. Alesina, Tella e MacCulloch (2004) sugerem que a mobilidade social é maior nos EUA do que na Europa, onde um indivíduo proveniente de um estrato social inferior tem maior probabilidade ascender hierarquicamente. No entanto, a sua posição na sociedade pode não ser apenas determinada pela teórica probabilidade de mobilidade social, mas também pelos recursos materiais e económicos (e.g., acesso bens, retaguarda financeira, distribuição de rendimentos) de que dispõe para a concretizar. Estes são percebidos como essenciais para assegurar melhores condições de vida (e.g., saúde, alimentação, habitação) ao indivíduo e parecem relacionar-se com o controlo percebido. O conceito de controlo percebido pode ser visto como relacionado com a *teoria do locus de controlo* (Rothbaum, Weiz & Snyder, 1982) que permite distinguir *locus* de controlo interno e externo, mais especificamente o controlo percebido corresponde ao controlo que o indivíduo percebe ter sobre a sua própria vida (cf., Syme, 1991). O locus interno relaciona-se com características intrínsecas ao indivíduo (e.g., motivação, esforço) enquanto que o externo remete para condições do meio percebidas incontrolláveis (e.g., sorte; Almeida & Pereira, 2006).

Por sua vez, o modelo dos dois processos (cf., Rothbaum, Weisz & Snyder, 1982), também reconhecido como dos processos de autorregulação do curso de vida, surge como crítica aos modelos de processo único, como a teoria de locus de controlo. Segundo o *Modelo dos Dois Processos*, ao longo da vida, o indivíduo pode adotar dois tipos de mecanismos – controlo primário e controlo secundário - utilizando para o efeito os recursos pessoais disponíveis para fazer face às exigências do meio. Especificamente, o controlo primário encontra-se relacionado com o “esforço e realização”, ou seja, com a

intenção do indivíduo reunir os recursos necessários para modificar o meio e alcançar os seus objetivos (Khoury & Günther, 2009; Rothbaum, Weisz & Snyder, 1982). Quando o meio não proporciona os recursos necessários para a persecução dos seus objetivos, o indivíduo adota o controlo secundário com o objetivo de se adaptar às circunstâncias envolventes (e.g., situações percebidas como incontroláveis). O mesmo surge como um mecanismo compensatório à frustração, quando as suas expectativas/metast não foram passíveis de concretizar. O indivíduo atribui a causa dos eventos da sua vida a fatores externos como a sorte (Khoury & Günther, 2009; Rothbaum, Weisz & Snyder, 1982).

Segundo Whithead e colaboradores (2016), quanto maior o controlo que o indivíduo tem sobre a sua própria vida, melhor a sua condição de saúde física e mental. Esta perceção é menor em países com elevados níveis de desigualdade (e.g., Bobak, Pikhart, Rose, Hertzman & Marmot, 2000) e encontra-se relacionada com o suporte social, crucial para a preservação do sentido de controlo (Cohen, Gottlieb & Underwood, 2000). Importa assim distinguir suporte social percebido de suporte social efetivo. O primeiro traduz-se na interpretação do apoio que foi prestado ao indivíduo e que este percebe como disponível, enquanto o segundo se restringe ao apoio efetivamente recebido (e.g., Branco, Monteiro & Veríssimo, 2015; Cohen, Gottlieb & Underwood, 2000). O suporte social contribui para resultados satisfatórios ao nível da saúde mental do indivíduo, funcionando como um fator moderador de *stress* (cf., Branco, Monteiro & Veríssimo, 2015).

Cumpr salientar que a experiência de desigualdade, parece ser determinada pelas medidas governamentais e políticas (cf., Vala & Costa-Lopes, 2010), podendo reforçar o preconceito face aos migrantes e/ou grupos étnicos/raciais, que em alguns países europeus (e.g., Portugal, França, Alemanha) são vistos como uma ameaça ao “bem-estar económico, à segurança e à identidade cultural” (cf., Valla, 2006, p.129). De referir ainda que, segundo o Eurobarómetro (2009), a discriminação étnica/racial percebida (61%) surge com maior incidência comparativamente com a discriminação religiosa (39%), sexual (47%), em função da idade (58%) ou deficiência (53%) e a discriminação de género (40%). Este tipo de discriminação é visível no contexto laboral (e.g., Reski, 2000) e judicial (e.g., Martins & Machado, 2007) e o mesmo se observa nas estatísticas dos órgãos de justiça criminal. De acordo com o *European Social Survey* (2011), em países como Portugal, Israel, Espanha, Suécia, Hungria e Bulgária, indivíduos pertencentes a grupos etnicamente minoritários têm maior probabilidade de serem condenados num processo-crime (mais de

50% em Portugal)⁶. Neste domínio, importa referir que o poder económico parece também exercer influência na atribuição da pena e promover a determinação de sanções diferenciadas (*European Social Survey*, 2011). Importa salientar ainda que as vítimas de crime, nomeadamente de violência doméstica, apresentam uma descrença em relação ao sistema de justiça, na medida em que não reconhecem neste uma resposta efetiva às suas necessidades, apesar das reformas e evoluções que têm vindo a ser implementadas neste domínio (cf., McKie, 2005).

No que concerne à proteção social ou à perceção de apoio prestado pelo Estado em termos de segurança, investimento em formação, emprego e saúde, as evidências sugerem as vítimas de crime percecionam o disponibilizado pelo Estado como não equitativo. A título de exemplo, nos EUA, algumas vítimas de violência doméstica são excluídas da proteção social devido à sua orientação homossexual (NCAVP, 1998, como citado em Seelau, Seelau & Poorman, 2003).

Finda a descrição das dimensões subjetivas que compõem a desigualdade social, serão exploradas posteriormente as abordagens teórico-empíricas que analisam a relação entre desigualdade percebida e a experiência de VRI.

3. Desigualdade Percebida e VRI

Vários são os estudos que têm surgido, provavelmente decorrentes da magnitude do fenómeno, reunindo evidências que sustentam a relação entre desigualdade e violência (e.g., Neckerman & Torche, 2007; Wilkinson & Pickett, 2009). A título de exemplo, em Portugal, as elevadas taxas de homicídio parecem estar relacionadas com a desigualdade (e.g., Wilkinson & Pickett, 2009). Alguns estudos internacionais sugerem também que as elevadas taxas de criminalidade encontram-se associadas à desigualdade de rendimentos (cf., Kelly, 2000) e à desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho (cf., Western, 2006). É neste sentido que Jones e Gardner, (2002) sugerem que famílias com baixo nível socioeconómico apresentam elevadas taxas de VRI. Outros estudos (e.g., Costa et al., 2016; Lawoko, Dalal, Jiayou & Jansson, 2007) sugerem que as diferenças salariais, de instrução e de estado profissional na díade constituem um fator de risco para a VRI. Os dados empíricos acrescentam que a pobreza, o desemprego, o *stress* e a frustração, parecem contribuir comumente para o envolvimento em situações de conflito e violência (Casique & Furegato, 2006; Jewkes, 2002). Para além disso, é pertinente destacar que, as

⁶ A fonte original não revela valores precisos.

prescrições em torno dos papéis gênero, a classe social, a etnicidade (cf., Machado, 2005), entre outros fatores (e.g., baixos recursos económicos e sociais, baixa instrução, normas e valores sociais), parecem contribuir para que o sexo feminino assuma um papel de maior vulnerabilidade às experiências de vitimação (Abramsky et al., 2011; Casique & Furegato, 2006; Delamau, 2015; Doku & Asante, 2015). Outros estudos (e.g., Wolf et al., 2014) permitiram apurar a associação entre desigualdade, consumo de álcool e violência, em países de baixo e médio nível socioeconómico. Nesta ótica, a desigualdade poderá estar associada ao aumento do consumo de álcool. Como o álcool tem sido associado à criminalidade violenta e à VRI (e.g., Abramsky et al., 2011), essas evidências sugerem que a desigualdade poderá conduzir ao aumento das taxas de VRI.

Importa agora abordar alguns dos pressupostos teóricos que têm explorado a relação entre desigualdade percebida, mais especificamente controlo percebido e violência. A título de exemplo, apresenta-se o *Modelo de Dahlgren e Whitehead* (1993, como citado em Whitehead et al., 2016) composto por três teorias: *micro*, *meso* e *macroestruturais*⁷. As teorias *microestruturais* sugerem que um indivíduo com estatuto social inferior terá, consequentemente, menor controlo sobre a sua vida, incluindo recursos essenciais para assegurar a sua sobrevivência (e.g., ter uma casa confortável, poder investir na educação, saúde, alimentação). Segundo esta conceção, se as exigências do meio forem superiores aos recursos pessoais, o indivíduo apresentará níveis superiores de *stress* e hostilidade, assim como maior probabilidade de recorrer à violência (e.g., Adams, 2009; Marmot, 2004; Whitehead et al., 2016). As teorias *mesocroestruturais* sustentam que o estatuto social confere ao indivíduo maior poder e controlo sobre a sua vida, o qual é determinado pelo ambiente onde se insere (cf., Whitehead et al., 2016; Marmot, 2004). A título de exemplo, há determinados fatores do meio - (e.g., pobreza, criminalidade, pouco investimento social, segregação, pouca segurança), que em conjunto com o seu nível socioeconómico, condicionam a concretização dos seus objetivos e contribui para o desenvolvimento de baixas expectativas em relação ao futuro assim como sentimentos como *stress*, ansiedade e depressão (Whitehead et al., 2016). As teorias *macroestruturais* apresentam o sistema político e as orientações culturais como principais fatores de influência no controlo que o indivíduo tem sobre a sua vida. Nesta ótica, países politicamente instáveis, apresentam elevada instabilidade e insegurança social, menores

⁷ Teorias *microestruturais* - principal foco é o indivíduo; Teorias *mesoestruturais*- principal foco é o ambiente onde o indivíduo se insere; Teorias *mesoestruturais*- principal foco nas medidas governamentais e políticas (cf., Dahlgren & Whitehead 1993, como citado em Whitehead et al., 2016).

oportunidades, maior pobreza, o que se traduz em níveis superiores de criminalidade e potenciais riscos para a saúde (cf., Whitehead et al., 2016). Por outro lado, estas perspetivas teóricas sugerem também que o baixo estatuto social condiciona o seu poder de decisão na sociedade e um acesso limitado a bens e serviços (e.g., alimentação, educação, emprego, saúde) (e.g., Sen, 2001). Tais condições criam maior vulnerabilidade para a experiência de VRI.

Para além disso, outros autores (e.g., Hipp, 2007) exploraram também a relação entre a desigualdade étnica/racial e a violência. A título de exemplo, a teoria de privação relativa, também reconhecida como “teoria de grupo de referência” (cf., Merton, 1968), sugere que a desigualdade percebida poderá promover sentimentos de injustiça, frustração e hostilidade e, consequentemente, potenciar o recurso à violência (Neckerman & Torche, 2007). No entanto, alguns dos trabalhos que reuniram conclusões neste sentido revelam algumas limitações metodológicas, pelo fato de se restringirem a grupos étnicos/raciais específicos.

Neste sentido, e porque a relação entre desigualdade, na sua dimensão percebida e experiencial e VRI carece de evidência empírica, este estudo afigura-se inovador, procurando explorar tal relação no contexto de vitimação. Como objetivo específico, pretendeu-se explorar a relação entre experiência de VRI e diferentes dimensões de desigualdade percebida, nomeadamente discriminação percebida; recursos materiais e económicos percebidos e controlo percebido.

Globalmente, espera-se encontrar uma relação significativa entre desigualdade percebida e experiência de VRI. Especificamente:

H1) Espera-se que a desigualdade percebida e a discriminação sejam preditores da experiência de VRI;

H2) Espera-se que os recursos materiais e económicos percebidos (aqui conceptualizados como acesso a bens, distribuição de riqueza e retaguarda financeira) sejam preditores da experiência de VRI;

H3) Espera-se que o controlo percebido seja preditor da experiência de VRI.

Método

Participantes

A amostra era constituída por 172 indivíduos, dos quais, a maioria era do sexo feminino ($n = 138$, 80.2%) e apresentavam idades compreendidas entre os 18 e os 72 anos

($M = 29.97$; $DP = .802$; $Mo = 20$). A esmagadora maioria ($n = 167$, 97.1%) era de nacionalidade Portuguesa e autoidentificou-se como caucasiana ($n = 161$; 94.2%). Mais de metade da amostra pertencia ao distrito do Porto ($n = 124$; 72.1%), mais especificamente ao meio urbano ($n = 112$; 65.5%).

Em relação às habilitações académicas e à situação laboral dos indivíduos, 39.9% apresentavam como grau de qualificação o Ensino Secundário ($n = 67$; $Mdn = 6$; $IQQ = 1$), 46.5% eram estudantes ($n = 80$) e 40.4% encontravam-se empregados ($n = 69$).

O rendimento mensal médio dos participantes era de €1692.19 ($DP = 1354.52$; $Min. = 300$, $Max. = 10000$; $Mo = 1000$; $Mdn = 1350$; $IQQ = 1000$) e a despesa mensal média era de 1194.97€ ($DP = 1051.84$; $Min. = 200$, $Max. = 10000$; $Mo = 1000$; $Mdn = 925$; $IQQ = 700$). Considerando os valores supramencionados, 52.4% ($n = 170$; $Mdn = 3.00$; $IQQ = 1$) referiu pertencer à classe média e 48.1% ($n = 75$) consideravam difícil viver com o rendimento atual ($n = 156$; $Mdn = 3.00$; $IQQ = 2$).

No que concerne à orientação sexual e envolvimento amoroso dos indivíduos, 92.9% ($n = 158$) referiu ser heterossexual e 71.6% ($n = 121$) mantinha um relacionamento íntimo. No entanto, a maioria dos mesmos não coabitava com o parceiro ($n = 70$; 56%), não tinha filhos/as ($n = 129$; 75.4%) e afirmava viver com os pais ($n = 48$; 30.8 %).

Tabela 1
Caracterização sociodemográfica da amostra

	(<i>Mo</i>) % (<i>N</i>) ^a
Sexo	(<i>Mo</i> = 0)
Feminino	80.2%; (138)
Masculino	19.8%; (34)
Nacionalidade	(<i>Mo</i> = 1)
Portuguesa	97.1%; (167)
Brasileira	1.2% (2)
Russa	1.2% (2)
Dupla (Russa e Portuguesa)	.6 % (1)
Origem Étnica	(<i>Mo</i> = 1)
Caucasiana	94.2 % (161)
Africana	2.3 % (4)
Asiática	1.8 % (3)
Brasileira	1.2 % (2)
Cigana	.6% (1)

Distrito	(Mo= 13)
Porto	72.1% (174)
Aveiro	11% (19)
Lisboa	4.7% (8)
Braga	2.9% (5)
Beja	1.2% (2)
Leiria	1.2% (2)
Viana da Castelo	1.2% (2)
Setúbal	1.2% (2)
Coimbra	.6 % (1)
Faro	.6 % (1)
Portalegre	.6 % (1)
Santarém	.6 % (1)
Viseu	.6 % (1)
Vila real	.6 % (1)
Natureza do Local	(Mo= 2)
Meio Urbano	65.5% (112)
Meio Rural	33.9% (58)
Situação Laboral	(Mo=4)
Estudantes	46.5% (80)
Empregados	40.4% (69)
Desempregados	7.6% (13)
Trabalhador/estudantes	4.1% (7)
Reformados	1.2% (2)
Envolvimento Amoroso	(Mo=1)
Com relacionamento íntimo	71.6% (121)
Sem relacionamento íntimo	28.4% (48)
Com coabitação	42.4% (53)
Sem coabitação	56% (70)
Orientação sexual	(Mo=1)
Heterossexual	92.9% (158)
Bissexual	2.9% (5)
Homossexual	1.7% (3)
Assexual	.6 % (1)
Não respondeu	1.7% (3)
	(Mdn; IQQ)
	% (N ^a)
Habilitações do indivíduo	(Mdn = 6; IQQ=1)
1º Ciclo EB (4ºano)	3.5% (6)
2º Ciclo EB (6º ano)	2.3% (4)
3º Ciclo EB (9º ano)	4.7% (8)
Secundário (12ºano)	39.9% (67)
Licenciatura	35.5% (61)
Mestrado	15.1 % (26)
Nível Socioeconómico (NSE)	(Mdn = 3; IQQ=1)
Baixo	10.6% (18)
Médio-baixo	26.5% (45)
Médio	52.4% (89)
Médio-Alto	10% (17)
Alto	.6% (1)

Perceção do NSE	(Mdn = 3; IQQ=2)
O rendimento atual permite viver confortavelmente.	34% (53)
O rendimento atual dá para viver.	12.8% (20)
É difícil viver com o rendimento atual.	48.1% (75)
É muito difícil viver com o rendimento atual.	4.5% (7)

Nota.^a Foram reportadas apenas percentagens válidas, pelo que os N's totais variam de acordo com os *missings*.

Procedimentos

Os dados para o presente estudo foram recolhidos na comunidade, através de dois métodos de recolha (recolha *online* e presencial). A recolha *online* teve início a 26 de Julho de 2016 e foi efetivada através da disponibilização do inquérito numa plataforma informática específica para o efeito (*Google Forms*). A divulgação do respetivo *link* para preenchimento foi realizada através das redes sociais (*facebook*) e através de *mailing lists* institucionais. O procedimento de amostragem foi de conveniência. Procedeu-se também à recolha de dados em registo presencial na Universidade Lusófona do Porto e junto da comunidade em geral por forma de assegurar uma maior heterogeneidade da amostra em termos de idade, habilitações académicas e classe social (condição imprescindível para a prossecução dos objetivos do estudo). Neste último caso, e como forma de potenciar a adesão por parte da comunidade, foi organizado um sorteio de *vouchers* FNAC e Continente entre os participantes no estudo, garantindo-se que os dados de identificação recolhidos para este efeito nunca seriam associados às respostas dos participantes.

Tanto num caso como no outro, e em consonância com os princípios éticos e deontológicos da investigação em ciências sociais e humanas, os participantes foram devidamente informados dos objetivos do estudo, assim como do carácter anónimo e confidencial da sua eventual participação, sendo garantido e recolhido o consentimento informado.

A análise estatística dos dados será realizada através do programa IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS 23). Não foram antecipados quaisquer danos ou consequências negativas decorrentes da participação neste estudo.

Instrumentos

O protocolo de instrumentos utilizado para a recolha de dados contemplava:

- *Questionário Sociodemográfico*: este instrumento foi elaborado especificamente para esta investigação e submetido a reflexão falada. Permite recolher informações pertinentes do/a participante, como idade, sexo, concelho de residência, agregado familiar,

rendimentos, posição social, nacionalidade, escolaridade, situação profissional, considerando ainda o estado civil, nomeadamente, se se encontra numa relação de intimidade ou não.

- *Inventário de Desigualdade Percebida* (IDP; Antunes, Ferreira, Moreira, Pasion & Cabral, 2016- *Versão de Investigação*)⁸: Este inventário é constituído por 57 itens que permitem avaliar experiências subjetivas de desigualdade. É constituído por diferentes subescalas, nomeadamente: Recursos materiais e económicos percebidos (aqui conceptualizados como acesso a bens, distribuição de riqueza e retaguarda financeira) - 23 itens; Estatuto social percebido – 13 itens; Mobilidade social percebida – 7 itens; Controlo percebido- 5 itens; Proteção social percebida - 6 itens e Justiça percebida – 3 itens. É solicitado ao participante que preencha o questionário com base numa escala tipo *Likert* de seis pontos (de 1- *Discordo totalmente* a 6 -*Concordo totalmente*).

- *Inventário de Experiências de Discriminação* (IED; Antunes, Ferreira & Cabral, 2016 - *Versão de Investigação*): este questionário é constituído por 18 itens que permitem avaliar a experiência subjetiva de discriminação, considerando o último ano. É-lhe ainda solicitada informação adicional sobre o autor (escala nominal com diferentes categorias de resposta) do crime.

- *Questionário Experiências de Vitimação na Idade Adulta* (QEVIA; Lisboa, Barroso, Patrício & Leandro, 2009; adaptado por Cabral, Coelho, Galvão & Moreira, 2016 - *Versão de Investigação*): Este questionário de autorrelato, do tipo inventário comportamental, permite avaliar eventuais experiências de vitimação e perpetração durante o último ano. O questionário é composto por um total de 76 itens (38 itens relacionados com a experiência de vitimação e 38 com a perpetração) correspondentes a 5 tipos de violência: Abuso emocional-7 itens; Comportamento Ameaçador-5 itens, Controlo– 7 itens; Abuso Físico – 10 itens e Abuso Sexual – 9 itens. Para cada item, é solicitado ao participante que indique se, durante o último ano, alguma vez foi alvo do comportamento explicitado, através de uma escala tipo *Likert* de cinco pontos (de 0 - *Nunca* a 5 – *Quase Sempre*).

Desenvolvimento e adaptação de instrumentos de medida

O Questionário Sociodemográfico, Inventário da Desigualdade Percebida (IDP; Antunes, Ferreira, Moreira, Pasion & Cabral, 2016 - *Versão de Investigação*) e o

⁸ O presente estudo insere-se numa linha de investigação mais alargada sobre “Desigualdade Percebida” e este instrumento foi desenvolvido no âmbito de outra dissertação de mestrado com esse objetivo específico.

Inventário de Experiências de Discriminação (IED; Antunes, Ferreira & Cabral, 2016- *Versão de Investigação*) foram elaborados, especificamente para o presente estudo. Já o Questionário Experiências de Vitimação na Idade Adulta (QEVIA; Lisboa, Barroso, Patrício & Leandro, 2009; adaptado por Cabral, Coelho, Galvão & Moreira, 2016 - *Versão de Investigação*), resultou da adaptação do Inquérito Nacional “Violência de Género” (Lisboa, Barroso, Patrício & Leandro, 2009).

Todos os instrumentos supramencionados foram submetidos a reflexão falada com o objetivo de testar a sua validade fatorial e identificar eventuais necessidades de reformulação. A este propósito foi necessário adaptar os conteúdos dos instrumentos à população-alvo, considerando o seu *feedback* e reflexões dos membros de equipa, promovendo assim a inteligibilidade, clareza e compreensão dos respetivos itens.

1. Testes às qualidades psicométricas

A análise de assimetria e curtose permite avaliar a sensibilidade dos itens, e a sua capacidade de discriminar os participantes. Em relação ao Questionário Experiências de Vitimação na Idade Adulta (QEVIA; Lisboa, Barroso, Patrício & Leandro, 2009; adaptado por Antunes, Ferreira, Magalhães, 2016 - *Versão de Investigação*) e ao Inventário de Experiências de Discriminação (IED; Antunes, Ferreira & Cabral, 2016 - *Versão de Investigação*), os mesmos revelaram níveis elevados de assimetria e curtose ($Sk > 3$; $Ku > 10$). No entanto, a equipa optou pela manutenção da inclusão dos itens para efeitos de análises posteriores, considerando-se que poderão atuar a este nível efeitos de desajustabilidade social que subestimam os fenómenos e que as características da amostra poderão não permitir a desejável representatividade dos fenómenos em estudo. Note-se que a maioria dos indivíduos que participou na recolha presencial reporta nunca ter sofrido ou perpetrado comportamentos violentos.

Para os instrumentos supramencionados foram realizados somatórios, uma vez que se tratam de uma experiência subjetiva/cumulativa e também de forma a atenuar o efeito da frágil sensibilidade dos itens.

Por fim, em relação aos itens do Inventário de Desigualdade Percebida (IDP; Antunes, Ferreira, Moreira, Pasion & Cabral, 2016 - *Versão de Investigação*) valores de assimetria e curtose dentro dos tolerados ($Sk < 3$; $Ku < 10$). Para este instrumento foram calculadas as médias de cada item que compõe as subescalas da percepção individual e nacional.

2. Análise Fatorial Exploratória

2.1. Inventário de Desigualdade Percebida.

Por forma a testar a validade fatorial e de constructo, foi realizada a análise fatorial para os 57 itens que compõe o instrumento da desigualdade percebida. Após a análise dos itens que compõe cada um dos fatores da subescala da percepção individual ($n=157$), foi possível verificar que os mesmos pareciam descontextualizados da sua estrutura original, heterogêneos e instáveis. Foram realizadas as soluções 4 e 5 sugeridas pelo teste de cotovelo, no entanto, o mesmo ocorreu. Dado que os itens que compõe as subescalas do acesso a bens, retaguarda financeira e distribuição de riqueza tendiam a agrupar-se, procedeu-se à análise fatorial dos mesmos sendo que fora realizada, de igual modo, uma outra análise para os itens que compõe as subescalas do estatuto social, controlo, mobilidade, justiça e proteção percebida.

Em relação à primeira, os dados obtidos demonstraram duplas saturações nas diferentes subescalas que, embora interpretáveis, agrupavam-se num só fator. Em relação à segunda, foi realizada a solução para 4 fatores que explicava 48.40% da variância e que proporcionava uma estrutura interpretável.

2.2. Inventário de Experiências de Discriminação.

Procedeu-se à análise fatorial deste instrumento composto por 18 itens, envolvendo uma amostra de 152 indivíduos. Segundo o teste de cotovelo foi necessário explorar uma estrutura com dois fatores que explica 57.26% de variância. Esta solução pareceu bastante razoável uma vez que a forma como os itens se encontram agrupados fornecem uma estrutura interpretável.

2.3. Questionário Experiências de Vitimação na Idade Adulta.

Por forma a concretizar esta análise para a vitimação, optou-se por juntar duas bases de dados tendo sido incluídos 228 participantes.

Dado que alguns itens encontravam-se distribuídos de forma heterogênea, procedeu-se à solução de 3 fatores que explicava 52,81% da variância. Foi com base nesta solução que foi realizada a consistência interna para o abuso emocional, controlo, comportamento ameaçador, abuso físico e abuso sexual.

Em conclusão, as análises fatoriais dos instrumentos supramencionados foram realizadas com uma amostra pouco representativa, pelo que os dados podem não ser fidedignos, no entanto contribuíram para analisar como os itens se agrupam para uma posterior análise de consistência interna.

3. Análise de Consistência Interna

3.1. Inventário de Desigualdade Percebida (IDP).

Os valores apresentados pelo *alpha de Cronbach* revelam boa consistência interna em várias dimensões do instrumento, tais como, recursos materiais e económicos percebidos (22 itens; $\alpha = .77$); mobilidade social percebida (7 itens; $\alpha = .51$); controlo percebido (5 itens; $\alpha = .72$); proteção social percebida (12 itens; $\alpha = .89$) e justiça percebida (4 itens; $\alpha = .70$).

Tabela 2
Consistência Interna IDP

	<i>M (DP)</i>	α
	Perceção Individual	Perceção Individual
Recursos Materiais e Económicos Percebidos	76.54 (11.33)	.77
Estatuto Social	43.47 (6.19)	.65
Mobilidade Social	27.86 (4.15)	.51
Controlo Percebido	18.70 (4.03)	.72
Proteção Social Percebida	23.53 (10.45)	.89
Justiça Percebida	14.79 (2.84)	.70

3.2. Inventário de Experiências de Discriminação (IED).

Tal como ilustrado na tabela 3, os resultados obtidos permitem verificar que o instrumento revela, globalmente, uma boa consistência interna (8 itens; $\alpha = .92$).

Tabela 3
Consistência Interna IED

	<i>M (DP)</i>	α
Discriminação Percebida	11.93 (14.19)	.92

3.3. Questionário Experiências de Vitimação na Idade Adulta (QEVIA).

Os dados revelaram, globalmente, boa consistência interna em todas as dimensões da subescala da vitimação - abuso físico (10 itens; $\alpha = .91$), abuso emocional (7 itens;

$\alpha=.87$), comportamento ameaçador (5 itens; $\alpha=.77$) e controlo (7 itens; $\alpha=.80$), sendo que estas são consideradas como uma boa proposta ao instrumento.

Tabela 4
Consistência Interna QEVI

	<i>M (DP)</i>	α
Abuso emocional	1.95 (4.40)	.87
Comportamento ameaçador	1.16 (2.99)	.77
Controlo	1.84 (4.01)	.80
Abuso físico	1.24 (4.46)	.91
Abuso sexual	.78 (2.93)	.84

Nota. Os valores apresentados consoante as propostas finais.

Resultados

Procedeu-se numa primeira fase à análise dos testes de pressupostos para cada uma das hipóteses, na qual foi possível verificar que alguns destes não foram cumpridos. Importa, assim referir que os dados devem ser generalizados com cautela sendo que, em investigações futuras deverá ser assegurada uma maior representatividade da amostra.

H1: *Espera-se que a desigualdade percebida e a discriminação percebida sejam preditoras da experiência de VRI.*

O modelo de regressão explicava 9.3% de variância e revelou-se estatisticamente significativo. A desigualdade percebida e a discriminação percebida são preditores positivos da vitimação.

Tabela 5
Análise de Regressão: Desigualdade e discriminação percebida

	<i>Experiência de VRI</i>		
	β	<i>t</i>	95% CI ^a
Desigualdade percebida	.310	3.126	[.357, 1.581]
Discriminação percebida	.154	2.039	[12.997, .207]
R^2	.093*		
$F (gl)$	8,374 (2,164)		

Nota. $N = 167$; ^a CI= intervalo de confiança.

* $p < .001$.

H2: Espera-se que os recursos materiais e económicos percebidos sejam preditores da experiência de VRI.

O modelo de regressão explicava 3.4% de variância e revelou-se estatisticamente significativo. Os recursos materiais e económicos percebidos são preditores da experiência de VRI.

Tabela 6

Análise de Regressão: Recursos materiais e económicos percebidos

	Experiência de VRI				
	r^2	β	t	$f(gl)$	95% CI ^a
Recursos materiais e económicos percebidos	.034*	-.185	$t = -2.407$	5.840 (1,165)	[-12,091; 1,218].

Nota. $N = 167$; ^aCI= intervalo de confiança.

* $p < .05$.

H3: Espera-se que o controlo percebido seja preditor da experiência de VRI.

O modelo de regressão explicava 2.2% da variância e revelou-se marginalmente significativo, o que indica que, em futuros estudos seria pertinente testar esta hipótese com uma amostra representativa (cf., tabela 7).

Tabela 7

Análise de Regressão: Controlo percebido

	Experiência de VRI					
	r^2	β	t	$f(gl)$	p	95% CI ^a
Controlo percebido	.022	-.147	-1.905	3,630 (1,165)	.06 ⁺	[-8.562; 153]

Nota. ⁺ marginalmente significativo; ^aCI= intervalo de confiança.

Discussão

A literatura tem reunido evidências que sustentam a relação entre desigualdade percebida, discriminação e violência (e.g., Batista & Bandeira, 2002; Hipp, 2007; Neckerman & Torche, 2007). Esta evidência vai ao encontro de alguns pressupostos teóricos que defendem que determinados grupos, pelas suas características (e.g., raça/etnia; orientação sexual; género) parecem mais suscetíveis ao preconceito e à exclusão social (Batista e Bandeira, 2002).

De acordo com a teoria da privação relativa ou grupo de referência (cf., Merton 1980), os indivíduos tendem a comparar-se com outros ao nível dos respetivos recursos

económicos, aumentado o risco para o seu envolvimento em comportamento desviantes quando a comparação lhes é desfavorável.

Por outro lado, a teoria da distância social e da desorganização social sugerem que as hierarquias sociais diminuem a interação entre os indivíduos, criando mais predisposição para o conflito social, violência e crime (cf., Blau, 1977). No entanto, apesar dos contributos destes pressupostos teóricos, estes restringem-se a grupos étnicos/raciais específicos (cf., Hipp, 2007).

Este estudo, para além de ter sido conduzido com uma amostra da comunidade, permitiu confirmar que quanto maior a perceção de desigualdade e discriminação, maior a probabilidade dos indivíduos sofrerem de violência no contexto íntimo. Para além disso, foi também explorado o efeito cumulativo da perceção de vários fatores macroestruturais, quer económicos, quer sociais, na experiência de VRI. Os recursos materiais e económicos percebidos encontram-se relacionados com o acesso a bens, distribuição de riqueza e retaguarda financeira. Estes recursos são essenciais para assegurar a qualidade de vida do indivíduo. No entanto, quanto maior a desigualdade maior a privação de alguns indivíduos em relação a determinados bens, podendo esta traduzir-se em sentimentos de *stress* e frustração (e.g., Kondo, Kawachi, Subramanian, Takeda & Yamagata, 2008). Este efeito pode ser explicado pela teoria da comparação social (Festinger, 1954 como citado em Lins, Campos, Leite, Carvalho, Cardoso & Natividade, 2016), a qual permite captar diferenças interindividuais na experiência subjetiva de privação relativa.

O presente estudo permitiu confirmar que os recursos materiais e económicos percebidos são preditores da experiência de VRI, indicando que quanto menor perceção de acesso a recursos, maior a probabilidade do indivíduo sofrer deste tipo de violência. De facto, outros estudos têm revelado que em alguns países (e.g., Brasil), a desigualdade no acesso a bens e a desigualdade de rendimentos surgem associadas a elevadas taxas de criminalidade (cf., Adorno, 2002). Importa reconhecer que determinados recursos (e.g., retaguarda financeira) configuram-se como fulcrais para que a vítima de VRI abandone o relacionamento abusivo. Não raras vezes, estas não dispõem de recursos que assegurem as suas necessidades básicas e/ou as dos seus filhos (e.g., comida, roupa) (e.g., Buel, 1999; Matos, 2001). Como condicionantes ao término da relação, alguns autores (e.g., Matos, 2001) identificam a dependência económica face ao parceiro/a, o acesso à educação e ao mercado de trabalho. A este propósito, estudos na área demonstram ainda que a baixa escolaridade contribui para a legitimação da violência e, conseqüente, para a manutenção

na relação (Abramsky et al, 2011; Delamau et al., 2015; Doku & Asante, 2015). De referir ainda que todos os recursos supramencionados também permitem ao indivíduo assumir maior controlo sobre a sua própria vida. Quando o meio não proporciona os recursos necessários para a persecução dos seus objetivos, o indivíduo adota o controlo secundário com o objetivo de se adaptar às circunstâncias do meio (e.g., situações percebidas como incontroláveis) (Khoury & Günther, 2009; Rothbaum, Weisz & Snyder, 1982). É com base nestas evidências que se coloca a hipótese se os indivíduos que não têm controlo sobre as suas próprias vidas, terem maior probabilidade de sofrer de VRI.

Apesar da literatura sugerir uma relação entre controlo e violência, esta hipótese revelou-se apenas como uma tendência (marginalmente significativa), talvez devido à falta de representatividade da amostra. Esta limitação prendeu-se, entre outros motivos, com limitações temporais para a recolha de dados e com a dificuldade em fazê-lo junto de populações específicas, nomeadamente mais desfavorecidas. Importa, pois, que estudos futuros sejam desenvolvidos com amostras mais amplas e heterogéneas (e.g., incluir populações mais desfavorecidas, vítimas de crime), capazes de produzir resultados mais conclusivos e generalizáveis.

Outras limitações metodológicas deste estudo podem também ter limitado as conclusões obtidas, as quais importa também ultrapassar em trabalhos posteriores. A este nível destaca-se a opção por medidas de autorrelato (e.g., inteligibilidade das questões), assim como a extensão do protocolo de instrumentos, que pode ter resultado nalgum efeito de fadiga e saturação, bem como, em respostas no sentido da desejabilidade social.

Devido ao facto do presente estudo ser transversal, poderia ser pertinente realizar um estudo longitudinal com intuito a explorar, também a relação inversa entre VRI e Desigualdade Percebida.

Contudo, apesar destas limitações, o presente estudo assume um carácter pioneiro e inovador na literatura sobre desigualdade e VRI, reunindo evidências empíricas que sustentam esta relação. Especificamente, (a) fornece uma perspetiva macroestrutural sobre a VRI; (b) explora a relação entre desigualdade percebida e VRI; (c) apresenta um instrumento de desigualdade percebida – na medida do nosso conhecimento, indisponível na literatura.

Pelo exposto, importa continuar a explorar cientificamente as dimensões subjetivas da desigualdade, investir na prevenção universal, seletiva e indicada (e.g., Programas de intervenção comunitária) mas também na intervenção ao nível macroestrutural (medidas

governamentais e políticas)- sensibilizar os órgãos políticos para a promoção de igualdade de oportunidades de acesso ao ensino, à formação, ao mercado de trabalho...; ao nível mesoestrutural - formar e consciencializar os técnicos para a necessidade de valorizarem as dimensões subjetivas da desigualdade no processo terapêutico-, e ao nível microestrutural- investir na promoção de competências emocionais, cognitivas e sociais por forma a ajudar o indivíduo a lidar com a experiência de vitimação.

Referências

- Abramsky, T., Watts, C. H., Garcia-Moreno, C., Devries, K., Kiss, L., Ellsberg, M., ... & Heise, L. (2011). What factors are associated with recent intimate partner violence? Findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *BMC public health*, 11, 1-17. doi: 10.1186/1471-2458-11-109
- Adams, J. (2009). The role of time preference and perspective and socioeconomic inequalities in health-related behaviours. In Babones, S. (Ed.), *Social inequalities and Public Health*, (pp. 9-25). Policy Press: Bristol.
- Adorno, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, 8, 84-135. doi: org/10.1590/S1517-45222002000200005
- Alesina, A., Tella, R.D & MacCulloch, R. (2004). Inequality and happiness: are Europeans and Americans different?. *Journal of Public Economics*, 88, 2009–2042. doi:10.1016/j.jpubeco.2003.07.006
- Almeida, J. P., & Pereira, M. G. (2006). Locus de controlo na saúde: conceito e validação duma escala em adolescentes com diabetes tipo I, *Psicologia, Saúde & Doenças*, 20, 221-238.
- Ansara, D. L., & Hindin, M. J. (2011). Psychosocial consequences of intimate partner violence for women and men in Canada. *Journal of Interpersonal Violence*, 26, 1628-1645. doi:10.1177/0886260510370600
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2016). Estatísticas APAV relatório anual 2015. Acedido a partir de www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2015.pdf a 30 de Setembro de 2016.
- Bandeira, L., & Batista, A. S. (2002). Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Estudos feministas*, 11, 119-141.
- Blau, P. M. (1977). A macrosociological theory of social structure. *American journal of sociology*, 26-54.

- Bobak, M., Pikhart, H., Rose, R., Hertzman, C., & Marmot, M. (2000). Socioeconomic factors, material inequalities, and perceived control in self-rated health: cross-sectional data from seven post-communist countries. *Social science & medicine*, 51(9), 1343-1350.
- Bonnes, S. (2016). Education and income imbalances among married couples in Malawi as predictors for likelihood of physical and emotional intimate partner violence. *Violence and victims*, 31, 51-69. doi: <https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-14-00016>
- Branco, I., Monteiro, L., & Veríssimo, M. (2015). O conhecimento e acesso ao script de base segura e a percepção de suporte social em mães com crianças em idade pré-escolar. *Análise Psicológica*, 33, 235-247.
- Buel, S. M. (1999). Fifty obstacles to leaving, aka, why abuse victims stay. *Colorado Lawyer*, 28, 1-28.
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4, 485-493.
- Caridade, S. & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 27, 91-113.
- Carvalho, M.M & Waltenberg, F.D (2015). Desigualdade de oportunidades ao ensino superior no Brasil. *Economia Aplicada*, 19, 369-396.
- Casique, L. C., & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14, 950-956.
- Coelho, J.C.M (2014). *O impacto da desigualdade no crescimento económico: evidência empírica para países da OCDE*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia pela Faculdade de Economia do Porto. Portugal.
- Cohen, S., Gottlieb, B. H., & Underwood, L. G. (2000). Social relationships and health. In S. Cohen, L. Underwood, & B.H. Gottlieb (Eds.), *Social support measurement and intervention: A guide for health and social scientists* (pp. 3–25). New York: Oxford University Press.
- Costa, A. B. D., Baptista, I., Perista, P., Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, D., Hatzidimitriadou, E., Ioannidi-Kapolou, E., Lindert, J., Soares, J. J. F., Sundin, Ö., ... & Barros, H. (2016). Male and female physical intimate partner violence

- and socio-economic position: a cross-sectional international multicentre study in Europe. *Public health*, 139, 44-52. doi: 10.1016/j.puhe.2016.05.001
- Delamou, A., Samandari, G., Camara, B. S., Traore, P., Diallo, F. G., Millimono, S., ... & Verani, F. (2015). Prevalence and correlates of intimate partner violence among family planning clients in Conakry, Guinea. *BMC research notes*, 8, 1-8. doi: 10.1186/s13104-015-1811-7
- Doku, D. T., & Asante, K. O. (2015). Women's approval of domestic physical violence against wives: analysis of the Ghana demographic and health survey. *BMC women's health*, 15, 1-8. doi: 10.1186/s12905-015-0276-0
- Eurobarometer.(2009). *Discrimination in EU in 2009*. Acedido a partir de https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwizpp7GsoDQAhXMSRoKHex8CAMQFgggMAA&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fpublic_opinion%2Farchives%2Fefs%2Fefs_317_en.pdf&usg=AFQjCNHR2DeqXQhpFULKZvd7DpO7La7Ipw&bvm=bv.136811127,d.d2s a 29 de Outubro de 2016.
- European Social Survey (ESS) (2011). *Trust in Justice: Topline Results from Round 5 of the European Social Survey*. Acedido a partir de https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwignqfls4DQAhVFVxoKHYiZAaEQFggpMAA&url=https%3A%2F%2Fwww.europeansocialsurvey.org%2Fdocs%2Ffindings%2FESS5_toplines_issue_1_trust_in_justice.pdf&usg=AFQjCNG5G6uRSfoB73H5EbYfHM4LCY4jaA a 29 de Outubro de 2016.
- Fong, J. (2010). *Out of the shadows: woman abuse in ethnic, immigrant and aboriginal communities*. Women's Press: Toronto.
- FRA (European Union Agency For Fundamental Rights). (2014). *Violence against women: an EU-wide survey*. Publication Office of the European Union: Luxemburg.
- FRA (European Union Agency For Fundamental Rights). (2016). *Fundamental Rights Report 2016*. Publication Office of the European Union: Luxemburg.
- Gomez, A.M. (2010). Testing the Cycle of Violence Hypothesis: Child Abuse and Adolescent Dating Violence as Predictors of Intimate Partner Violence in Young Adulthood. *Youth&Society*, 22, 171-192.

- Gori-Maia, A. (2013). Relative income, inequality and subjective wellbeing: evidence for Brazil. *Social indicators research*, 113, 1193-1204. doi: 10.1007/s11205-012-0135-4
- Guvenc, G., Akyuz, A., & Cesario, S. K. (2014). Intimate partner violence against women in Turkey: a synthesis of the literature. *Journal of family violence*, 29,333-341. 1. doi:0.1007/s10896-014-9579-4
- Hamby, S, Finkelhor. D, Turner. H, Ormrod. R. (2010). The overlap of witnessing partner violence with child maltreatment and other victimizations in a nationally representative survey of youth. *Child abuse & Neglect*, 34, 734-741.
- Hipp, J. R. (2007). Income inequality, race, and place: Does the distribution of race and class within neighborhoods affect crime rates?. *Criminology*, 45, 665-697.
- Hurst, C. E. (2015). *Social inequality: Forms, causes, and consequences*. Routledge: New York.
- Jain, S., Buka, S. L., Subramanian, S. V., & Molnar, B. E. (2010). Neighborhood predictors of dating violence victimization and perpetration in young adulthood: A multilevel study. *American journal of public health*, 100, 1737-1744. doi: 10.2105/AJPH.2009.169730
- Jewkes, R. (2002). Intimate Partner Violence: causes and prevention. *Violence against women III*, 359, 1423–29. doi: 10.1016/S0140-6736(02)08357-5
- Jones, S. R., & Gardner, S. P. (2002). Variables related to attitudes toward domestic violence and use of reasoning, verbal aggression, and violent conflict tactics in high school students. *Journal of Family and Consumer Sciences Education*, 20, 32-47.
- Kelly, M. (2000). Inequality and crime. *Review of economics and Statistics*, 82, 530-539. doi:10.1162/003465300559028
- Khoury, H. T. T., & Günther, I. D. A. (2009). Processos de auto-regulação no curso de vida: controle primário e controle secundário. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22, 144-152. doi: org/10.1590/S0102-79722009000100019
- Kondo, N., Kawachi, I., Subramanian, S.V, Takeda, Y. & Yamagata, Z. (2008).Do social comparisons explain the association between income inequality and health?: Relative deprivation and perceived health among male and female Japanese individuals. *Social science & medicine*, 67, 982-987.

- Lawoko, S., Dalal, K., Jiayou, L., & Jansson, B. (2007). Social inequalities in intimate partner violence: a study of women in Kenya. *Violence and victims*, 22, 773-784. doi: <https://doi.org/10.1891/088667007782793101>
- Lins, S. L. B., Campos, M., Leite, A., Carvalho, L. C., Cardoso, S. & Natividade, J.C. (2016). Evidências de validade da Escala de Orientação para a Comparação Social (INCOM) para o contexto de adolescentes portugueses. *Psicologia*, 30, 1-14. doi: [org/10.17575/rpsicol.v30i1.1034](https://doi.org/10.17575/rpsicol.v30i1.1034)
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género. Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Coleção estudos de género.
- Machado, C. (2005). Violência nas famílias portuguesas. Um estudo representativo na região Norte. *Psychologica (Coimbra)*, 40, 173-194.
- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile dating relationships self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal of Family Violence*, 25, 43-52.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). Violência doméstica: compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais de saúde. Lisboa: Coleção Violência de Género.
- Marmot, M. (2004). *Status syndrome*. How social standing directly affects your health and longevity. Bloomsbury: London.
- Martins, S., & Machado, C. (2007). O olhar judicial sobre a violência conjugal: um estudo qualitativo. *Revista do Ministério Público*, 112, 101-119.
- Matos, M. (2001). Retratos da Violência na Conjugalidade. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 11, 99-128.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In Abrunhosa Gonçalves, R. & Machado, C. (Coords.). *Violência e vítimas de crimes* (pp. 81-130). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M. (2004). Violência nas relações de intimidade: retratos e práticas. *Polícia e Justiça, III Série*. Coimbra. Coimbra Editora. 105-121.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro com adolescentes em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8, 55-75.

- McDermott, R. C., & Lopez, F. G. (2013). College men's intimate partner violence attitudes: Contributions of adult attachment and gender role stress. *Journal of counseling psychology*, 60, 127. doi: 10.1037/a0030353
- Mckie, L. (2005), *Families, Violence and Social Change*, London, Open University Press.
- McKinney, C. M., Caetano, R., Ramisetty-Mikler, S., & Nelson, S. (2009). Childhood family violence and perpetration and victimization of intimate partner violence: findings from a national population-based study of couples. *Annals of epidemiology*, 19, 25-32. doi:10.1016/j.annepidem.2008.08.008
- Merton, R. K. (1968). *Social Theory and Social Structure*. New York: The Free Press.
- Neckerman, K. M., & Torche, F. (2007). Inequality: Causes and consequences. *Annu. Rev. Sociol.*, 33, 335-357.
- O'Leary, K. D., Slep, A. M. S., Avery-Leaf, S., & Cascardi, M. (2008). Gender differences in dating aggression among multiethnic high school students. *Journal of Adolescent Health*, 42, 473-479.
- Ozaki, R., & Otis, M. D. (2016). Gender Equality, Patriarchal Cultural Norms, and Perpetration of Intimate Partner Violence Comparison of Male University Students in Asian and European Cultural Contexts. *Violence against women*, 1077801216654575. doi: 10.1177/1077801216654575
- Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) (2016). Acedido a partir de [https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwic19L_kvLPAhUF6RQKHx4zD6AQFggqMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.ansr.pt%2FInstrumentosDeGestao%2FDocuments%2FRelat%25C3%25B3rio%2520Anual%2520de%2520Seguran%25C3%25A7a%2520Interna%2520\(RASI\)%2FRASI%25202015.pdf&usg=AFQjCNEYtdbT0VXNnxexTkSkr270AZAxTw](https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwic19L_kvLPAhUF6RQKHx4zD6AQFggqMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.ansr.pt%2FInstrumentosDeGestao%2FDocuments%2FRelat%25C3%25B3rio%2520Anual%2520de%2520Seguran%25C3%25A7a%2520Interna%2520(RASI)%2FRASI%25202015.pdf&usg=AFQjCNEYtdbT0VXNnxexTkSkr270AZAxTw) a 20 de Junho de 2016.
- Reskin, B. F. (2000). Getting it right: Sex and race inequality in work organizations. *Annual Review of Sociology*, 26, 707-709. doi: 10.1146/annurev.soc.26.1.707
- Rocher, G. (1989). *Sociologia geral: a organização social*. Lisboa: Editorial Pertença.
- Rosa, E. (2015). *Os números da Desigualdade em Portugal*. Os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Lua de Papel: Coleção Guru.
- Rothbaum, F., Weisz, J. R., & Snyder, S. S. (1982). Changing the world and changing the self: A two-process model of perceived control. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 5-37.

- Saavedra, R. M.M. (2011). *Prevenir antes de remediar: Prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis*. Tese de doutoramento em Psicologia, Universidade do Minho. Portugal.
- Sakurai, K., Kawakami, N., Yamaoka, K., Ishikawa, H., & Hashimoto, H. (2010). The impact of subjective and objective social status on psychological distress among men and women in Japan. *Social Science & Medicine*, 70, 1832-1839. doi:10.1016/j.socscimed.2010.01.019.
- Schneider, S. M. (2012). Income inequality and its consequences for life satisfaction: what role do social cognitions play?. *Social Indicators Research*, 106, 419-438. doi:10.1007/s11205-011-9816-7
- Seelau, E. P., Seelau, S. M., & Poorman, P. B. (2003). Gender and role-based perceptions of domestic abuse: does sexual orientation matter?. *Behavioral Sciences & the Law*, 21, 199-214.
- Sen, A. (2001). Population and Gender Equity. *Journal of Public Health Policy*, 22, 169-174.
- Shipway, L. (2004). *Domestic violence: A handbook for health professionals*. Psychology Press.
- Syme, S.L., 1991. Control and Health: *A personal perspective*, 7, 16-27.
- Vala, J. & Costa-Lopes, R. (2010). Youth attitudes toward difference and diversity: a cross-national analysis. *Análise Social*, 195, 255-275.
- Vala, J., Pereira, C., & Ramos, A. (2006). Racial prejudice, threat perception and opposition to immigration: A comparative analysis. *Portuguese Journal of Social Science*, 5, 119-140.
- Western, B. (2006). *Punishment and inequality in America*. New York: Russell Sage Foundation.
- Whitehead, M., Pennington, A., Orton, L., Nayak, S., Petticrew, M., Sowden, A., & White, M. (2016). How could differences in 'control over destiny' lead to socio-economic inequalities in health? A synthesis of theories and pathways in the living environment. *Health & place*, 39, 51-61. doi:10.1016/j.healthplace.2016.02.002
- Wilkinson, R. G., & Pickett, K. E.. (2009). Income Inequality and Social Dysfunction. *Annual Review of Sociology*, 35, 493-511. doi: 10.1146/annurev-soc-070308-115926.

Wolf, A., Gray, R., & Fazel, S. (2014). Violence as a public health problem: an ecological study of 169 countries. *Social Science & Medicine*, 104, 220-227.

doi:10.1016/j.socscimed.2013.12.006

World Health Organization (WHO) (2016). Violence against women: Intimate partner and sexual violence against women. Acedido a partir de

<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/#> a 12 Abril de 2016.